

ÍNDICE

PARTE II DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I – A TRANSMISSIBILIDADE DOS CRÉDITOS E DAS DÍVIDAS	9
SECÇÃO II – A CESSÃO DE CRÉDITOS	13
1. Generalidades	13
2. Requisitos da cessão de créditos	14
2.1. Generalidades	14
2.2. Um negócio jurídico a estabelecer a transmissão da totalidade ou de parte do crédito	14
2.3. A inexistência de impedimentos legais ou contratuais a essa transmissão	18
2.4. O crédito não esteja, em virtude da própria natureza da prestação, ligado à pessoa do credor	21
3. Efeitos da cessão de créditos	21
3.1. Generalidades	21
3.2. Efeitos em relação às partes	21
a) A transmissão do crédito do cedente para o cessionário	21
b) A transmissão das garantias e acessórios do crédito	23
c) A transmissão das exceções	24
d) A garantia prestada pelo cedente	25
e) Obrigação de entrega de documentos e outros elementos probatórios do crédito	26
3.3. Efeitos em relação ao devedor	27
3.4. Efeitos em relação a terceiros	28

SECCÃO III – A SUB-ROGAÇÃO	33
1. Conceito de sub-rogação	33
2. Modalidades de sub-rogação	35
2.1. Generalidades	35
2.2. A sub-rogação pelo credor	35
2.3. A sub-rogação pelo devedor	36
2.4. A sub-rogação em consequência de empréstimo feito ao devedor	37
2.5. A sub-rogação legal	39
3. Efeitos da sub-rogação	40
3.1. Transmissão do crédito na medida da sua satisfação	40
3.2. Transmissão das garantias e acessórios do crédito	42
3.3. A questão da transmissão das excepções	42
3.4. Eficácia da sub-rogação em relação ao devedor e a terceiros	43
4. Natureza da sub-rogação	44
SECCÃO IV – A ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	49
1. Conceito e evolução histórica da assunção de dívida	49
2. Modalidades de assunção de dívida	51
2.1. Assunção interna e assunção externa	51
2.2. Assunção cumulativa e assunção liberatória de dívida	54
3. Requisitos da assunção de dívida	55
3.1. O consentimento do credor	55
3.2. A existência e validade do contrato de transmissão	56
4. Regime da assunção de dívida	59
4.1. Generalidades	59
4.2. O regime específico da assunção cumulativa	59
4.3. O regime específico da assunção liberatória	61
4.4. Transmissão das garantias e acessórios	62
4.5. Os meios de defesa do novo devedor	64
5. Natureza da assunção de dívida	66
a) teoria da substituição nos direitos de crédito	66
b) teoria da cessão	67
c) teoria do contrato a favor de terceiro	68
d) teoria da sub-rogação convencional	68
e) teoria da disposição	69
f) teoria da oferta ou teoria contratual	69
SECCÃO IV – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	73
1. Generalidades	73
2. Figuras afins da cessão da posição contratual	74

2.1. Generalidades	74
2.2. O subcontrato	74
2.3. A adesão ao contrato	75
2.4. A sub-rogação legal forçada	76
3. Requisitos da cessão da posição contratual	77
3.1. Generalidades	77
3.2. Um contrato a estabelecer a transmissão da posição contratual, celebrado entre o cedente e um terceiro	77
3.3. O consentimento do outro contraente	79
3.4. A questão da inclusão da referida posição contratual no âmbito dos contratos com prestações recíprocas	81
4. Efeitos da cessão da posição contratual	83
4.1. Generalidades	83
4.2. Relação entre cedente e cessionário	83
a) Transmissão da posição contratual do cedente para o cessionário	83
b) Garantia prestada pelo cedente relativamente à posição contratual transmitida	86
4.3. Relação entre o cessionário e o contraente cedido	87
4.4. Relação entre o cedente e o contraente cedido	92
5. Natureza	94

PARTE III DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I – AS CAUSAS DE EXTINÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	101
1. Generalidades	101
2. Revogação	101
3. Resolução	102
4. Denúncia	105
5. Caducidade	106
6. Oposição à renovação	107
SECÇÃO II – A PRESCRIÇÃO	109
1. Generalidades	109
2. Modalidades: prescrição comum e prescrições presuntivas	110
3. Regime da prescrição	112
4. Prazo da prescrição	114
5. Natureza da prescrição	117

SECCÃO III – A IMPOSSIBILIDADE SUPERVENIENTE DA PRESTAÇÃO E O PROBLEMA DO RISCO NOS CONTRATOS BILATERAIS E NOS CONTRATOS REAIS	119
1. O regime da impossibilidade casual da prestação	119
2. Situações equiparáveis à impossibilidade da prestação: a frustração do fim da prestação e a realização do interesse do credor por outra via	122
3. O risco nos contratos sinalagmático	124
3.1. A distribuição do risco em caso de verificação da impossibilidade da prestação	124
3.2. O problema da frustração do fim da prestação ou da realização do interesse do credor por outra via	126
3.3. O risco nos contratos reais de alienação	127
SECCÃO IV – A ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS	131
1. O debate jurídico em torno da questão da alteração das circunstâncias e a sua recepção no direito português	131
2. Requisitos	137
3. A exclusão da aplicação da alteração das circunstâncias em caso de mora da parte lesada	140
4. Efeitos da alteração das circunstâncias	141
SECCÃO V – O CUMPRIMENTO	143
1. Conceito e importância	143
2. Princípios gerais	143
2.1. Princípio da pontualidade	144
2.2. Princípio da integralidade	145
2.3. O princípio da boa fé	146
2.4. O princípio da concretização	147
3. Capacidade para o cumprimento	148
4. Disponibilidade da coisa dada em cumprimento	149
5. Legitimidade para o cumprimento	150
5.1. Generalidades	150
5.2. Legitimidade activa	150
5.3. Efeitos do cumprimento por terceiro	151
5.4. Legitimidade passiva	153
6. Tempo do cumprimento	158
6.1. Modalidades das obrigações quanto ao tempo do cumprimento	158
6.2. Colocação do prazo no critério de uma das partes	160
6.3. Benefício do prazo	161
6.3.1. Generalidades	161

6.3.2. Prazo em benefício do devedor	161
6.3.3. Prazo em benefício do credor	162
6.3.4. Prazo em benefício de ambas as partes	162
6.3.5. Perda do benefício do prazo	162
6.3.5.1. Generalidades	162
6.3.5.2. A insolvência do devedor	163
6.3.5.3. A diminuição de garantias	164
6.3.5.4. A não realização de uma prestação, nas dívidas a prestações	165
6.3.5.5. Carácter pessoal da perda do benefício do prazo	166
7. Lugar do cumprimento	167
7.1. Modalidades de obrigações quanto ao lugar de cumprimento	167
7.2. As regras relativas ao lugar da prestação	168
7.3. A mudança de domicílio das partes	170
7.4. A impossibilidade da prestação no lugar fixado	170
8. Imputação do cumprimento	172
9. Prova do cumprimento	175
10. Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento	176
11. Efeitos do cumprimento	177
12. Natureza do cumprimento	177
SECÇÃO VI – DAÇÃO EM CUMPRIMENTO E DAÇÃO <i>PRO SOLVENDO</i>	183
1. A dação em cumprimento	183
1.1. Pressupostos da dação em cumprimento	183
1.1.1. A realização de uma prestação diferente da que for devida	183
1.1.2. O acordo do credor relativo à exoneração do devedor com essa prestação	185
1.2. Forma da dação em cumprimento	186
1.3. Regime da dação em cumprimento	186
1.3.1. A extinção da obrigação	186
1.3.2. Garantia contra vícios da coisa ou do direito transmitido	186
1.3.3. Invalidez da dação em cumprimento	187
1.4. Natureza jurídica da dação em cumprimento	187
2. A dação <i>pro solvendo</i>	191
SECÇÃO VII – A CONSIGNAÇÃO EM DEPÓSITO	193
1. Generalidades	193
2. Pressupostos da consignação em depósito	194
3. Regime da consignação em depósito	195
3.1. Generalidades	195

3.2. Instituição de uma relação processual entre o consignante e o credor	195
3.3. Instituição de uma relação substantiva triangular entre o consignante, o consignatário da coisa devida e o credor	197
3.4. Efeitos da consignação sobre a obrigação	198
SECCÃO VIII – A COMPENSAÇÃO	199
1. Generalidades	199
2. Pressupostos da compensação	200
2.1. Existência de créditos recíprocos	200
2.2. Fungibilidade das coisas objecto das prestações e identidade do seu género e qualidade	201
2.3. Existência, validade e exigibilidade do crédito do declarante	202
2.4. Existência, validade e possibilidade de cumprimento do crédito do declaratário	203
3. Créditos não compensáveis	203
4. Regime da compensação	205
5. Compensação convencional	207
SECCÃO IX – A NOVAÇÃO	211
1. Conceito e modalidades	211
2. Pressupostos da novação	213
2.1. Declaração expressa da intenção de constituir uma nova obrigação em lugar da antiga	213
2.2. Existência e validade da obrigação primitiva	214
2.3. Constituição válida da nova obrigação	215
3. Regime da novação	216
SECCÃO X – A REMISSÃO	219
1. Conceito de remissão	219
2. Pressupostos da remissão	219
3. Efeitos da remissão	222
SECCÃO XI – A CONFUSÃO	225
1. Conceito de confusão	225
2. Pressupostos da confusão	226
3. Regime da confusão	227

PARTE IV
DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I – MODALIDADES DE NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	231
SECÇÃO II – O NÃO CUMPRIMENTO TEMPORÁRIO	233
1. A mora do devedor	233
1.1. Pressupostos da constituição do devedor em mora	233
1.2. Consequências da mora do devedor	238
1.3. Extinção da mora do devedor	241
2. A mora do credor	243
2.1. Pressupostos da mora do credor	243
2.2. Efeitos da mora do credor	245
2.3. Extinção da mora do credor	248
SECÇÃO III – O INCUMPRIMENTO DEFINITIVO E SEUS EFEITOS. A RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL	251
1. Incumprimento e responsabilidade obrigacional	251
1.1. Generalidades	251
1.2. A ilicitude na responsabilidade obrigacional	253
1.3. A culpa na responsabilidade obrigacional	253
1.4. O dano na responsabilidade obrigacional	254
1.5. O nexo de causalidade na responsabilidade obrigacional	257
1.6. O ónus da prova na responsabilidade obrigacional	257
1.7. A responsabilidade do devedor pelos actos dos seus auxiliares ou representantes	259
2. O não cumprimento nas obrigações de prestação recíprocas	262
2.1. Generalidades	262
2.2. Excepção de não cumprimento do contrato	263
2.3. Resolução por incumprimento	265
2.4. A indemnização por incumprimento nos contratos sinalagmáticos	270
3. A impossibilidade culposa da prestação e a sua equiparação ao incumprimento	273
3.1. A indemnização por incumprimento	273
3.2. O <i>commodum de representação</i>	274
3.3. O regime da impossibilidade parcial	274
4. Cumprimento defeituoso da obrigação: a violação positiva do contrato	275
SECÇÃO IV – A REALIZAÇÃO COACTIVA DA PRESTAÇÃO	281
1. A acção de cumprimento e a execução	281
2. A execução específica das obrigações	283
3. A sanção pecuniária compulsória	285

SECCÃO V – AS CLÁUSULAS DE EXCLUSÃO E LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E A CLÁUSULA PENAL	287
1. Generalidades	287
2. Cláusulas de exclusão de responsabilidade	287
3. Cláusulas de limitação de responsabilidade	289
4. Cláusulas de fixação da responsabilidade: a cláusula penal	290

PARTE V
DA GARANTIA DAS OBRIGAÇÕES

SECCÃO I – A GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	297
1. Conteúdo da garantia geral	297
2. Meios de conservação da garantia geral	298
2.1. A declaração de nulidade	298
2.2. A acção sub-rogatória	300
2.2.1. Modalidades de acção sub-rogatória	300
2.2.2. Pressupostos da acção sub-rogatória	301
2.2.3. Regime da acção sub-rogatória	302
2.3. A impugnação pauliana	303
2.3.1. Generalidades	303
2.3.2. Pressupostos da impugnação pauliana em relação à primeira alienação	304
2.3.2.1. Generalidades	304
2.3.2.2. Realização pelo devedor de um acto diminua a garantia patrimonial do crédito e não seja de natureza pessoal	305
2.3.2.3. Anterioridade do crédito em relação ao acto ou, sendo ele posterior, prática do acto dolosamente com o fim de impedir a satisfação do direito do futuro credor	307
2.3.2.4. Natureza gratuita do acto ou, sendo ele oneros, ocorrência de má fé tanto do alienante como do adquirente	308
2.3.2.5. Impossibilidade de o credor obter a satisfação integral do crédito ou agravamento dessa impossibilidade	309
2.3.3. Pressupostos da impugnação pauliana em relação às transmissões posteriores	310
2.3.4. Regime da impugnação pauliana	311
2.3.4.1. Efeitos da impugnação pauliana em relação ao credor	311
2.3.4.2. Efeitos da impugnação pauliana na relação entre o devedor e terceiro	314

2.3.4.3. Extinção do direito à impugnação pauliana	314
2.3.5. Natureza da impugnação pauliana	315
2.4. O arresto	317
SECÇÃO II – AS GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES	319
1. Generalidades	319
1.1. Tipos de garantias especiais	319
1.2. Separação de patrimónios	320
1.3. Caução	321
1.4. Cessão de bens aos credores	323
1.4.1. Generalidades	323
1.4.2. Forma	323
1.4.3. Objecto	324
1.4.4. Efeitos	324
1.4.5. Extinção	324
1.4.6. Natureza jurídica	325
2. As garantias pessoais	327
2.1. A fiança	327
2.1.1. Generalidades	327
2.1.2. Forma da fiança	330
2.1.3. Principais características da fiança	330
2.1.4. Relações entre credor e fiador	332
2.1.5. Relações entre devedor e fiador	334
2.1.6. Pluralidade de fiadores	336
2.1.7. Extinção da fiança	338
2.2. A subfiança	339
2.3. A retrofiança	340
2.4. O mandato de crédito	340
2.5. A garantia autónoma	342
2.5.1. Generalidades	342
2.5.2. Modalidades: a garantia autónoma simples e a garantia autónoma à primeira solicitação	343
2.5.3. Forma	344
2.5.4. Regime	345
BIBLIOGRAFIA	349